

Administração 4.0: Flexibilidade para a Inovação das Organizações

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)



Clayton Robson Moreira da Silva

(Organizador)

Administração 4.0: Flexibilidade para a Inovação das Organizações

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A238	Administração 4.0 [recurso eletrônico] : flexibilidade para a inovação das organizações / Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-520-4 DOI 10.22533/at.ed.204190607 1. Administração de empresas. 2. Inovação. 3. Tecnologia. I.Silva, Clayton Robson Moreira da. CDD 658.1
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Administração 4.0: Flexibilidade para a Inovação das Organizações”, publicada pela Atena Editora, compreende um conjunto de vinte e quatro capítulos que abordam diversas temáticas inerentes ao campo da administração, promovendo o debate sobre estratégias, ações e mecanismos flexíveis focados na inovação das organizações.

Dessa forma, esta obra é dedicada àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos e percepções sobre administração das organizações, com foco na inovação, por meio de um arcabouço teórico especializado. Ainda, ressalta-se que este livro agrega à área da gestão à medida em que reúne um material rico e diversificado, proporcionando a ampliação do debate sobre diversos temas e conduzindo gestores, empreendedores, técnicos e pesquisadores ao delineamento de novas estratégias de gestão para a inovação. A seguir, apresento os estudos que compõem os capítulos deste volume, juntamente com seus respectivos objetivos.

O primeiro capítulo é intitulado “Grau de Inovação das Micro e Pequenas Empresas: uma análise sob a ótica do radar de inovação” e objetivou evidenciar a importância da inovação para as micro e pequenas empresas, apresentando o grau de inovação de uma microempresa que participou do projeto Agentes Locais de Inovação (ALI), no período de 2009 a 2011. O segundo capítulo tem como título “Perfil dos Empreendedores Brasileiros: o que mostra a pesquisa SEBRAE/ IBQP/ *Global Entrepreneurship Monitor*” e objetivou identificar o perfil do empreendedor brasileiro, utilizando a metodologia de pesquisa da *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM). O terceiro capítulo, intitulado “Pequenas e Médias Empresas: modelagem de processos de negócios e seus desafios”, objetivou elucidar os esforços, os desafios e oportunidades de pequenas e médias empresas em desenvolverem-se no mercado nacional e estrangeiro por meio do uso do gerenciamento de processos de negócio e suas vertentes.

O quarto capítulo é intitulado “Visão Crítica das Políticas de Gestão de Pessoas e Gestão do Conhecimento em Pequenas Empresas” e objetivou debater a importância da articulação teórica entre políticas de gestão de pessoas (GP) e gestão do conhecimento nas pequenas empresas. O quinto capítulo tem como título “Estilos de liderança e a Teoria da Liderança Situacional de Hersey e Blanchard” e apresenta a Teoria da Liderança Situacional como uma ferramenta de gerenciamento que faz uso de diferentes estilos de liderança existentes aproveitando suas virtudes conforme o grau de maturidade do colaborador. O sexto capítulo, intitulado “A Percepção do Colaborador acerca da Implantação de um Plano de Cargos e Carreira: um estudo de caso em uma ICES – Instituição Comunitária de Ensino Superior”, teve como objetivo investigar a percepção dos colaboradores de uma Instituição Comunitária de Ensino Superior (ICES) sobre a implantação do plano de cargos e carreira.

O sétimo capítulo tem como título “Violência Simbólica e Empoderamento:

mulheres que ocupam cargos de direção em centros universitários” e buscou analisar a percepção da existência de empoderamento e/ou da vivência da violência simbólica no cotidiano de trabalho de cinco mulheres que ocupam cargos de alta direção em Centros Universitários, em Belo Horizonte - MG. O oitavo capítulo é intitulado “Equidade Salarial Feminina no Mercado de Trabalho: reflexões a partir de um levantamento bibliográfico” e teve como objetivo nortear novos administradores nas questões relacionadas à equidade salarial através de um levantamento bibliométrico de pesquisas sobre o tema. O nono capítulo é intitulado “Teoria Crítica Pós-Moderna de Oposição: é possível situá-la no círculo das matrizes epistêmicas?” e explora a Teoria Crítica Pós-Moderna de Oposição (TCPO), no âmbito do Círculo das Matrizes Epistêmicas (CME), com base na Sociologia das Ausências, das Emergências, da Teoria (trabalho) de Tradução, bem como na Razão Subjacente: a Razão Cosmopolita como crítica à Razão Indolente.

O décimo capítulo tem como título “Descentralização das Ações de Indução da Cultura da Inovação: estudo do setor confeccionista no município de Curvelo/MG” e estudou a importância da implementação de uma rede inovadora nos municípios onde há unidades CEFET-MG, a fim de consolidar uma política inovadora. O décimo primeiro capítulo é intitulado “Modelo de Internacionalização de Empresas com Suporte nas Teorias Uppsala e Capital Social” e objetivou propor um modelo de internacionalização com suporte na relação entre a Teoria *Uppsala* e a Teoria do Capital Social. O décimo segundo capítulo tem como título “Capital Social e Ensino Superior na Perspectiva da Internacionalização” e objetivou elaborar um *framework* para compreender a internacionalização do Ensino Superior, por meio do capital social desenvolvido em Cooperação Acadêmica Internacional.

O décimo terceiro capítulo é intitulado “Transparência na Administração Pública Municipal do Estado da Paraíba” e objetivou verificar se os 223 municípios que formam o estado da Paraíba estão divulgando os instrumentos de transparência pública previstos no artigo 48 da Lei Complementar n 101 de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), nos portais eletrônicos dos municípios. O décimo quarto capítulo tem como título “*Accountability* como Ferramenta de Controle e Transparência na Universidade Federal de Rondônia” e objetivou analisar como a Pró-reitora de Planejamento (PROPLAN) cumpre os critérios de divulgação e transparência exigidos pela Lei de Acesso à Informação e pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O décimo quinto capítulo, intitulado “Carta de Serviços ao Usuário: um estudo de caso numa grande universidade federal brasileira”, teve como objetivo verificar se o capítulo 2 do Decreto 9.094/2017 está sendo atendido nas universidades públicas federais brasileiras, ou seja, se a carta está disponibilizada ao usuário.

O décimo sexto capítulo é intitulado “Administração Transnacional, Governança Global e Política Mundial: as vicissitudes do mundo em transe” e desenvolve ensaio teórico à luz de Octavio Ianni, David Coen e Tom Pegrum, e Anne-Marie Slaughter. O décimo sétimo capítulo, intitulado “As Perspectivas Acadêmicas da Trajetória das

Políticas de Previdência Social no Brasil”, buscou analisar as perspectivas teóricas adotadas nos estudos científicos sobre a trajetória das políticas de Previdência Social no Brasil de 1998 a 2017 por meio de uma revisão bibliográfica sistemática integrativa. O décimo oitavo capítulo tem como título “Análise de Políticas Públicas: reflexões sobre a Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu” e apresenta as principais características do bambu, seu uso nas atividades produtivas, como também analisa sinteticamente a Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu.

O décimo nono capítulo tem como título “Reduzir, Reutilizar e Reciclar - Sustentabilidade de um Centro de Triagem de Materiais Recicláveis: estudo de caso” e buscou apresentar uma proposta de gestão financeira para um centro de triagem visando sua sustentabilidade no mercado de materiais recicláveis localizado na Região Metropolitana do Vale do Paraíba, Estado de São Paulo. O vigésimo capítulo é intitulado “Custo da Promoção versus o Retorno da Promoção: o caso da GODAM Alimentos” e objetivou mostrar os custos e os retornos esperados de uma ação promocional através do trabalho de um promotor de vendas desta empresa dentro de uma empresa-parceira (cliente). O vigésimo primeiro capítulo é intitulado “Perfil e-Consumidor dos Discentes do Curso de Administração de uma IES Brasileira” e objetivou conhecer o perfil e-consumidor dos alunos do curso de administração.

O vigésimo segundo capítulo é intitulado “Mito x Realidade: o *tag along* como mecanismo de proteção do acionista minoritário das sociedades anônimas brasileiras” e objetivou identificar a efetividade do *tag along* como prática de governança corporativa que protege o acionista minoritário da ação dos acionistas controladores em caso de alienação de controle. O vigésimo terceiro capítulo, intitulado “Análise da Carteira Eficiente entre o Mercado Imobiliário e os Títulos Públicos Federais”, objetivou apresentar uma solução para maximizar um portfólio, utilizando a combinação de investimentos diferentes, buscando, com isso, obter a melhor relação risco-retorno. O vigésimo quarto capítulo tem como título “*Organizational Learning as a Driver of a Social Business Model: a case study*” e investiga como os agricultores orgânicos no Sul do Brasil estão tornando seu negócio social operacionalmente sustentável, criando um ambiente de aprendizagem.

Assim, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa contribuir para a discussão e consolidação de temas relevantes para a área de administração, levando pesquisadores, docentes, gestores, analistas, técnicos, consultores e estudantes à reflexão sobre os assuntos aqui abordados.

Clayton Robson Moreira da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
GRAU DE INOVAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO RADAR DE INOVAÇÃO	
Jéssica dos Santos Veiga Anderson Luís do Espírito Santo Rosa de Barros Ferreira de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.2041906071	
CAPÍTULO 2	18
PERFIL DOS EMPREENDEDORES BRASILEIROS: O QUE MOSTRA A PESQUISA SEBRAE/ IBPQ/ GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR	
Ângelo José Penna Machado Carlos Rodrigo da Silva Ywrynicksom Ramos Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.2041906072	
CAPÍTULO 3	34
PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: MODELAGEM DE PROCESSOS DE NEGÓCIOS E SEUS DESAFIOS	
Roquemar de Lima Baldam Daniel Vasconcelos Castro Morgana de Freitas Guaitolini Lourenço Costa Thalmo de Paiva Coelho Junior	
DOI 10.22533/at.ed.2041906073	
CAPÍTULO 4	49
VISÃO CRÍTICA DAS POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS E GESTÃO DO CONHECIMENTO EM PEQUENAS EMPRESAS	
Talita Bernardi Goettens Denize Grzybovski	
DOI 10.22533/at.ed.2041906074	
CAPÍTULO 5	58
ESTILOS DE LIDERANÇA E A TEORIA DA LIDERANÇA SITUACIONAL DE HERSEY E BLANCHARD	
Elvis Magno da Silva Caique Bevilaqua Vilas Boas Rondinelli Heitor Resende Andrade Heloísa Teixeira Fidelis Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.2041906075	
CAPÍTULO 6	69
A PERCEPÇÃO DO COLABORADOR ACERCA DA IMPLANTAÇÃO DE UM PLANO DE CARGOS E CARREIRA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ICES – INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE ENSINO SUPERIOR	
Eder Ocimar Schuinsekel Berenice Beatriz Rossner Wbatuba	
DOI 10.22533/at.ed.2041906076	

CAPÍTULO 7	84
VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E EMPODERAMENTO: MULHERES QUE OCUPAM CARGOS DE DIREÇÃO EM CENTROS UNIVERSITÁRIOS	
Cristiane Chaves Caldas Marlene Catarina de Oliveira Lopes Melo Ana Lúcia Magri Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.2041906077	
CAPÍTULO 8	96
EQUIDADE SALARIAL FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO: REFLEXÕES A PARTIR DE UM LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	
Eline dos Anjos Washington Ângelo	
DOI 10.22533/at.ed.2041906078	
CAPÍTULO 9	113
TEORIA CRÍTICA PÓS-MODERNA DE OPOSIÇÃO: É POSSÍVEL SITUÁ-LA NO CÍRCULO DAS MATRIZES EPISTÊMICAS?	
Fabiana Pinto de Almeida Bizarria Alexandre Oliveira Lima Antônia Márcia Rodrigues Sousa Flávia Lorene Sampaio Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.2041906079	
CAPÍTULO 10	131
DESCENTRALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE INDUÇÃO DA CULTURA DA INOVAÇÃO: ESTUDO DO SETOR CONFECCIONISTA NO MUNICÍPIO DE CURVELO/MG	
Ronaldo Ferreira Machado Lourdiane Gontijo das Mercês Gonzaga Nilton da Silva Maia Antônio Guimarães Campos Maria de Lourdes Couto Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.20419060710	
CAPÍTULO 11	145
MODELO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS COM SUPORTE NAS TEORIAS UPPSALA E CAPITAL SOCIAL	
Fabiana Pinto de Almeida Bizarria Alexandre Oliveira Lima Antônia Márcia Rodrigues Sousa Flávia Lorene Sampaio Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.20419060711	
CAPÍTULO 12	168
CAPITAL SOCIAL E ENSINO SUPERIOR NA PERSPECTIVA DA INTERNACIONALIZAÇÃO	
Fabiana Pinto de Almeida Bizarria Alexandre Oliveira Lima Antônia Márcia Rodrigues Sousa Flávia Lorene Sampaio Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.20419060712	

CAPÍTULO 13	190
TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DO ESTADO DA PARAÍBA	
Marinely Costa de Lima	
Maria Manuela Costa de Lima	
Iran Jefferson Ribeiro de Lima	
Vera Lúcia Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.20419060713	
CAPÍTULO 14	207
ACCOUNTABILITY COMO FERRAMENTA DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	
Daniela Dourado Santos	
Marcilene de Assunção	
Marlene Valério dos Santos Arenas	
DOI 10.22533/at.ed.20419060714	
CAPÍTULO 15	223
CARTA DE SERVIÇOS AO USUÁRIO: UM ESTUDO DE CASO NUMA GRANDE UNIVERSIDADE FEDERAL BRASILEIRA	
Joyce Vasconcelos Coutinho dos Reis	
Diego Fillipe de Souza	
Jorge da Silva Correia Neto	
DOI 10.22533/at.ed.20419060715	
CAPÍTULO 16	236
ADMINISTRAÇÃO TRANSNACIONAL, GOVERNANÇA GLOBAL E POLÍTICA MUNDIAL: AS VICISSITUDES DO MUNDO EM TRANSE	
Carlos Antonio Mendes de Carvalho Buenos Ayres	
DOI 10.22533/at.ed.20419060716	
CAPÍTULO 17	248
AS PERSPECTIVAS ACADÊMICAS DA TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	
Raquel Andrade e Silva	
Elaine Aparecida Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.20419060717	
CAPÍTULO 18	261
ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE INCENTIVO AO MANEJO SUSTENTADO E AO CULTIVO DO BAMBU	
Fábio Moita Louredo	
Ricardo de Souza Martins da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.20419060718	

CAPÍTULO 19	273
REDUZIR, REUTILIZAR E RECICLAR - SUSTENTABILIDADE DE UM CENTRO DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: ESTUDO DE CASO	
Ricardo Zerinto Martins	
DOI 10.22533/at.ed.20419060719	
CAPÍTULO 20	284
CUSTO DA PROMOÇÃO VERSUS O RETORNO DA PROMOÇÃO: O CASO DA GODAM ALIMENTOS	
Elvis Magno da Silva	
Dayana Christina dos Reis	
Sibila Fernanda Martins Silva	
DOI 10.22533/at.ed.20419060720	
CAPÍTULO 21	293
PERFIL E-CONSUMIDOR DOS DISCENTES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE UMA IES BRASILEIRA	
Igor Ferreira de Fúcio	
Reginaldo Adriano de Souza	
Rita de Cássia Martins de Oliveira Ventura	
José Carlos de Souza	
Lilian Beatriz Ferreira Longo	
DOI 10.22533/at.ed.20419060721	
CAPÍTULO 22	308
MITO X REALIDADE: O TAG ALONG COMO MECANISMO DE PROTEÇÃO DO ACIONISTA MINORITÁRIO DAS SOCIEDADE ANÔNIMAS BRASILEIRAS	
Éder de Souza Beirão	
João Paulo Cavalcante Lima	
DOI 10.22533/at.ed.20419060722	
CAPÍTULO 23	324
ANÁLISE DA CARTEIRA EFICIENTE ENTRE O MERCADO IMOBILIÁRIO E OS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	
Pedro Oliveira Otoch	
Marcelo Augusto Farias de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.20419060723	
CAPÍTULO 24	336
ORGANIZATIONAL LEARNING AS A DRIVER OF A SOCIAL BUSINESS MODEL: A CASE STUDY	
Michelle Dauer	
Michele de Souza	
Luiz Reni Trento	
DOI 10.22533/at.ed.20419060724	
CAPÍTULO 25	348
A IMPORTÂNCIA DO LIDER COACHING NA GESTÃO PÚBLICA: UM ESTUDO COM A EQUIPE DO NÚCLEO DE PESQUISA - OBSERVATÓRIO DO TURISMO DO ESTADO DE GOIÁS	
Giovanna Adriana Tavares Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.20419060725	

CAPÍTULO 26	354
A INFLUÊNCIA DO CONHECIMENTO CULTURAL NOS NEGÓCIOS INTERNACIONAIS	
Carolina Pellissari Ribeiro Ana Leticia Rupel Jessica Cristine Metnek Patricia Kroetz Maggioni	
DOI 10.22533/at.ed.20419060726	
CAPÍTULO 27	364
PERCEPÇÕES SOBRE O (DES)ALINHAMENTO DOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ACCOUNTABILITY E GERENCIAMENTO DE RESULTADOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	
Leonardo da Silva Trindade Matos Rosiane Maria Lima Gonçalves Antônio Carlos Brunozi Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.20419060727	
CAPÍTULO 28	377
INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL	
André Luiz Alvarenga de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.20419060728	
CAPÍTULO 29	393
REDUÇÃO DE FALHAS EM SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO DE PROCESSOS COM O USO DAS TÉCNICAS FTA, FMECA E ANÁLISE CRÍTICA DE ESPECIALISTAS	
Roquemar de Lima Baldam Patrick Soares Silva Lourenço Costa Thalmo de Paiva Coelho Junior	
DOI 10.22533/at.ed.20419060729	
SOBRE O ORGANIZADOR	404
ÍNDICE REMISSIVO	405

TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DO ESTADO DA PARAÍBA

Marinely Costa de Lima

Universidade Federal da Paraíba
Mamanguape – Paraíba

Maria Manuela Costa de Lima

Universidade Federal da Paraíba
Mamanguape – Paraíba

Iran Jefferson Ribeiro de Lima

Universidade Federal da Paraíba
Mamanguape – Paraíba

Vera Lúcia Cruz

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa – Paraíba

RESUMO: A transparência quanto as contas públicas trata-se de um dever institucional dos governantes em prestar contas quanto a aplicação do dinheiro público e um direito da sociedade em saber de onde e como estes recursos estão sendo empregados. Nesta pesquisa, buscou-se verificar se os 223 municípios que formam o estado da Paraíba, estão divulgando os instrumentos de transparência pública previstos no artigo 48 da Lei Complementar n 101 de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), nos portais eletrônicos dos municípios. No estudo foram analisados os documentos a serem evidenciados nos exercícios de 2014 e 2015. O método de estudo utilizado caracteriza-se como bibliográfico e documental, uma vez

que foi necessário fazer-se leituras minuciosas em diversas fontes para dar embasamento a fundamentação teórica e documental, por meio de uma análise detalhada dos dados coletados nos portais eletrônicos dos municípios estudados. Os resultados do estudo, revelam que do exercício de 2014 dos 223 municípios estudados, 39 não apresentaram nenhuma informação e do exercício de 2015 constatou-se que 22 não apresentaram nenhuma informação. Deste modo, os dados encontrados se tornam alarmantes, uma vez que é por meio da transparência que a sociedade poderá fazer o acompanhamento da aplicação dos recursos públicos.

PALAVRAS-CHAVE: Lei de Responsabilidade Fiscal, Transparência, Gestão Municipal.

TRANSPARENCY IN THE MUNICIPAL PUBLIC ADMINISTRATION OF THE STATE OF PARAÍBA

ABSTRACT: Transparency regarding public accounts is an institutional duty of government, to account for the application of public money and a right of society to know where and how these resources are being used. The aim of this research was to verify if the 223 municipalities, which form the state of Paraíba, are disclosing the instruments of public transparency detected in article 48 of Complementary Law 101 of 2000

(Fiscal Responsibility Law), in the electronic portals of municipalities . In the study were analyzed the documents to be evidenced in the 2014 and 2015 exercises. The method of study used is characterized as bibliographic and documentary, since it was necessary to make detailed readings in several sources to support the theoretical basis and documentary, by means of a detailed analysis of the data collected in the electronic portals of the municipalities studied. The results of the study reveal that from the 2014 exercise of the 223 municipalities studied, 39 did not present any information and from the exercise of 2015 it was verified that 22 did not present any information. In this way, the data found become alarming, since it is through transparency that society can monitor the application of public resources.

KEYWORDS: Fiscal Responsibility Law, Transparency, Municipal Management.

1 | INTRODUÇÃO

A evidenciação quanto a aplicação dos recursos públicos é um tema que vem sendo abordado constantemente no país. Sua relevância dar-se ao passo que permite o acompanhamento das contas públicas por parte da sociedade, a qual juntamente com os órgãos internos poderá exercer o papel de fiscalizador da administração pública. Neste sentido, em 04 de maio de 2000 foi criada a Lei Complementar nº101, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), cujo objetivo visa aperfeiçoar a responsabilidade na gestão fiscal dos recursos públicos por meio de ação planejada e transparente que permita prevenir riscos e corrigir irregularidades capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

No que diz respeito à aplicação dos recursos públicos, a LRF em seu artigo nº 48 estabeleceu os instrumentos de transparência na gestão fiscal e a forma como devem ser divulgados. Com o objetivo de fortalecer a transparência nas ações da administração, a LRF recebeu alterações através da Lei Complementar nº 131 de 27 de maio de 2009, denominada Lei de Transparência, cuja sua finalidade constitui na disponibilização, em tempo real em meios eletrônicos de acesso público, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da gestão pública. O conjunto de Leis que se refere à transparência no Brasil foi complementado com a publicação da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/11), que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações dos entes públicos, contribuindo assim para o aumento da eficiência do Poder público, diminuição da corrupção e a elevação da participação social.

A LRF tem sua importância tanto para os órgãos públicos fiscalizadores, bem como para a população em geral, pois possibilita uma maior fiscalização das contas públicas. Para Silva, Wakim e Magalhães (2011), a LRF entre outras inovações, intensificou a obrigatoriedade do exercício da transparência da gestão pública e da participação popular. Em seus setenta e cinco artigos, a LRF aborda sobre inúmeros procedimentos que tem o objetivo de preservar o patrimônio público e o equilíbrio entre

receita e despesa, apoiando-se em quatro pilares: o planejamento, a transparência, o controle e a responsabilização.

Neste contexto de transparência e responsabilização, o objetivo desta pesquisa consistiu em verificar se os municípios do estado da Paraíba estão publicando os instrumentos de transparência previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, especificamente o que está contido em seu artigo 48, que trata da ampla divulgação em meio de acesso público do: do Plano Plurianual (PPA), da Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), da Lei Orçamentária Anual (LOA), das Prestações de Contas (PP), do Parecer Prévio (PP), do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e das Versões Simplificadas (VS) dos demonstrativos, nos portais de transparência dos municípios.

O presente trabalho se justifica, diante dos resultados encontrados em semelhantes pesquisas realizadas por Costa (2013) e Macêdo (2015), que chegaram à conclusão que as informações relacionadas as contas públicas no estado da Paraíba precisam melhorar, uma vez que muitas prefeituras não fornecem informações suficientes e apresentam limitações quanto a divulgação das contas públicas.

2 | MATERIAL E MÉTODOS

Nesta pesquisa buscou-se verificar se os 223 municípios que integram o estado da Paraíba estão divulgando as informações descritas no art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal. A Paraíba é um estado que está localizado na Região Nordeste do país, faz divisa com os estados de Pernambuco, Ceará e Rio Grande no Norte. Sua capital é João Pessoa e sua área segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2015) é de aproximadamente 56.468,427 km², cuja população estimada para 2015 correspondia a 3.972.202, nos dados do censo 2010 a população correspondia a 3.766.528 habitantes.

A pesquisa se caracteriza como descritiva, que segundo Gil (2008), tem como objetivo primordial a descrição das particularidades de determinada população, fenômeno ou de uma experiência.

O método de estudo utilizado foi documental e bibliográfico, uma vez que foi necessário fazer-se a leitura em diversas fontes para a elaboração da fundamentação teórica e documental devido a necessidade de acompanhamento das informações que constam nos portais eletrônicos das Prefeituras estudadas.

A abordagem da pesquisa é uma pesquisa quantitativa com base em dados secundários coletados na *internet*, uma vez que, foram analisados os instrumentos introduzidos por lei para aumentar a transparência do uso de recursos públicos, bem como qualitativa, para se interpretar as informações que foram reveladas por meio dos dados coletados na *internet*.

Os dados foram obtidos por meio das páginas eletrônicas oficiais dos municípios estudados. A coleta e análise dos dados foram feitas por meio de planilhas eletrônicas,

onde foram alocados os dados previstos no Art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Os dados encontrados foram postos em gráficos, figuras e tabelas, com o objetivo de melhor apresentar os dados encontrados.

Os documentos de matéria orçamentária que devem ser divulgado conforme art. 48 foram estudados das seguintes formas: Para o PPA, LDO e LOA, buscou-se verificar se foi feita a divulgação do projeto de lei contendo os respectivos anexos, onde a atribuição de percentual foi de 100% para os municípios que divulgaram o projeto lei com os respectivos anexos, 50% para os que divulgaram apenas os anexos e 0% para os que não divulgaram nenhuma informação.

Quanto ao RREO e o RGF os dados foram tratados de acordo com as obrigações previstas para os municípios com população acima de cinquenta mil habitantes e inferior a cinquenta mil habitantes, descritas nos Manuais de Demonstrativos Fiscais dos anos de 2014 e 2015, haja vista que a divulgação dos demonstrativos que compõem ambos os relatórios dar-se de acordo com o nível populacional do município.

Quanto a divulgação da prestação de contas e do parecer prévio buscou-se verificar a divulgação destes documentos nos portais eletrônicos dos municípios. O quadro 01 apresentado a seguir apresenta o percentual atribuído as divulgações dos instrumentos de transparência.

Planos e Leis Orçamentarias		
Divulgação	Percentual atribuído	Descrição
Sem dados	0%	Equivale a não divulgação de informações.
Parcial	50%	Equivale a divulgação somente dos anexos da lei ou somente o texto lei.
Integral	100%	Equivale a divulgação do texto lei e os anexos da lei ou plano
Relatórios Fiscais		
Divulgação	Percentual atribuído	Descrição
Sem dados	0%	Equivale a não divulgação de informações
Parcial	1% à 99,99%	Equivale a divulgação de parte dos demonstrativos contábeis. Os dados foram avaliados conforme as especificações do Manual de Demonstrativos Fiscais de 2014 e 2015 para municípios com população superior e inferior a 50.000 habitantes
Prestação de Contas e Parecer Prévio		
Divulgação	Percentual atribuído	Descrição
Sem dados	0%	Equivale a não divulgação de informações.
Integral	100%	Equivale a divulgação de informações

Quadro 01: Atribuição aos instrumentos de transparência

Fonte: Elaboração Própria 2015/2016.

A identificação e acessos aos portais eletrônicos dos municípios foram realizadas por meio de buscas no site Google no período de 01 de novembro de 2015 a 07 de

julho de 2016. Dos sites oficiais, somente o da Prefeitura de Curral de Cima não foi localizado por meio do Google, sendo encontrado apenas o endereço do Portal de Transparência.

O percentual geral da divulgação dos instrumentos de transparência contido no art. 48 da LRF, foram obtidos por meio do somatório do percentual de divulgação de cada instrumento para o exercício correspondente, dividido pela quantidade de instrumentos obrigatórios no exercício.

Os municípios estudados estão apresentados na Fig. 01 apresentada a seguir.

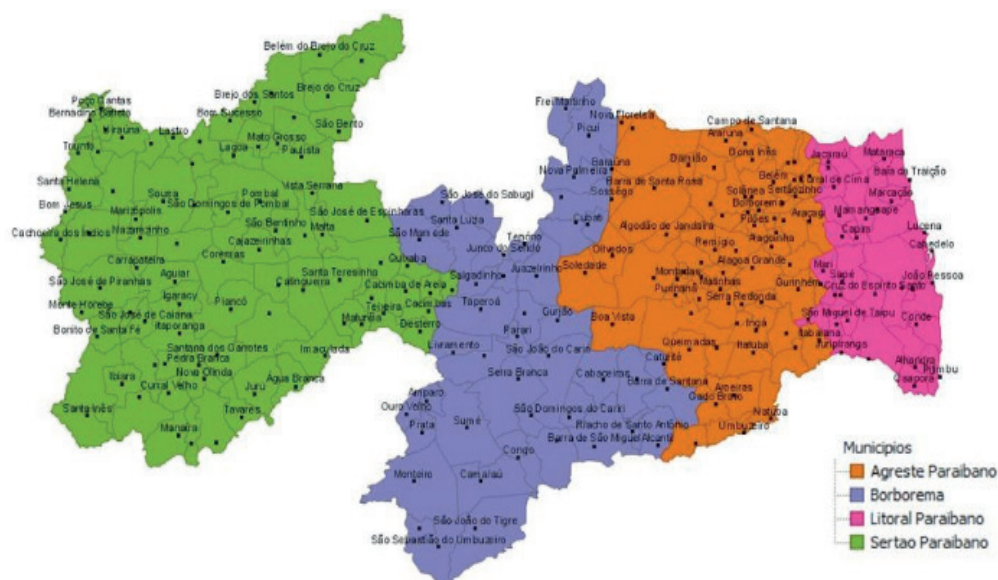


Figura 01 - Região estudada

Para verificação das obrigações dos municípios, considerou-se os dados populacionais do censo 2010, disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3 | RESULTADOS

Características da População estudada

Com relação a população estudada, concluiu-se que 10 cidades possuem população superior a 50.000 habitantes e 213 possuem população inferior a 50.000 habitantes. Os dados quanto ao população dos municípios estão apresentados no gráfico 01.

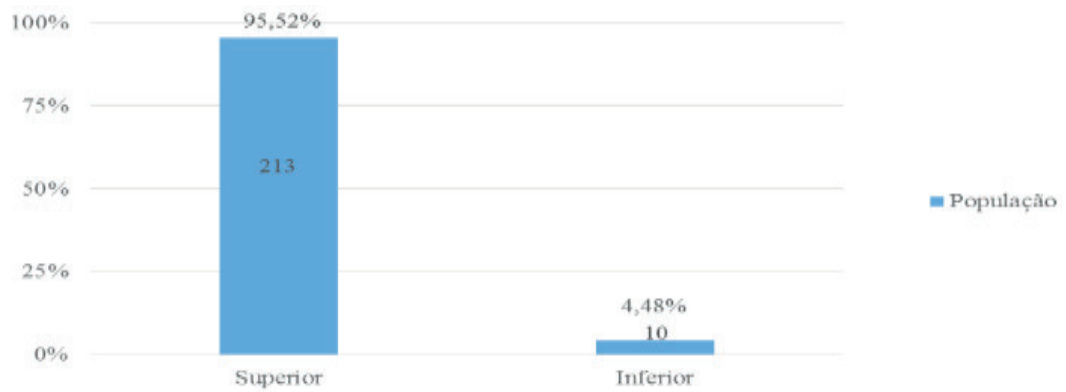


Gráfico 01: População dos Municípios
Dados da Pesquisa, 2015/2016.

Divulgação dos Planos e Orçamentos

O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento previsto no art. 165 da CF/88 cujos seus objetivos buscam organizar e viabilizar a ação pública, visando o cumprimento dos fundamentos e objetivos do município. Segundo Cruz, et al (2006), os objetivos e as metas da política fiscal postos no PPA, tem o objetivo de criar um ambiente de equilíbrio econômico-social que garantam o êxito na implementação dos programas e ações deles decorrentes para as três esferas do governo. É um dispositivo necessário, pois ele dá suporte às Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e às Leis Orçamentárias Anuais (LOA), que especificam onde e como os recursos públicos serão aplicados a cada ano.

Quanto a divulgação do Plano Plurianual 2014-2017, foi possível constatar que dos 223 municípios estudados nesse trabalho, 95 municípios divulgaram o PPA totalmente nos Portais Eletrônicos, 14 divulgaram parcialmente e 114 não divulgaram nenhuma informação. Os dados encontrados se tornam alarmantes, uma vez que na maioria dos municípios não foi constatado a divulgação deste documento, cujas informações nele apresentadas permitem que os cidadãos tenham prévio conhecimento dos programas e ações que os gestores pretendem realizar no período de 4 quatro anos.

O gráfico 02 apresenta os dados acerca da divulgação do Plano Plurianual – PPA dos municípios referente ao quadriênio 2014 à 2017.

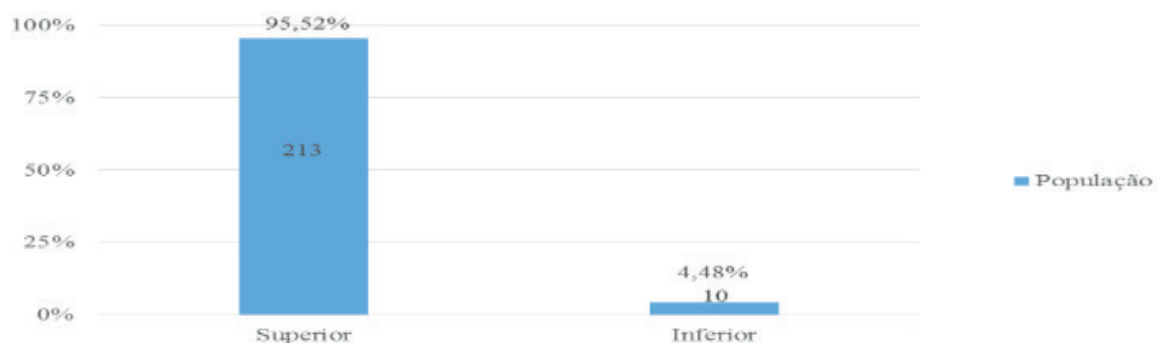


Gráfico 02 - Divulgação do Plano Plurianual 2014-2017
Dados da Pesquisa, 2015/2016.

A composição da LDO está prevista na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 165, § 2º, dispondo que a Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. Desta forma, pode-se dizer que a LDO é uma ferramenta de planejamento e o “elo” entre o PPA e a LOA.

Quanto a divulgação da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO constatou-se que do ano de 2014 dos 223 municípios estudados, apenas 96 divulgaram a Lei Orçamentaria Anual totalmente, 7 divulgaram parcialmente e 120 não divulgaram nenhuma informação. Do exercício de 2015 foi possível constatar que 99 municípios divulgaram a lei integralmente que equivale a divulgação da lei e seus respectivos anexos, 10 divulgaram parcialmente e 114 municípios não divulgaram nenhuma informação acerca da Lei de Diretrizes Orçamentarias. Os resultados da pesquisa quanto a divulgação da Lei de Diretrizes Orçamentárias revelam que houve uma evolução quanto sua divulgação no equiparado dos anos, bem como revela que ainda se tem muito a evoluir, haja vista que em ambos os anos a maior parcela dos municípios não divulgaram a referida lei. A informações presentes na LDO são pertinentes para que os cidadãos dos municípios tenham conhecimento quantos as ações que poderão ser executadas no exercício ao qual a lei se refere.

Os resultados encontrados acerca da divulgação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos anos de 2014 e 2015, estão apresentados no gráfico 03.

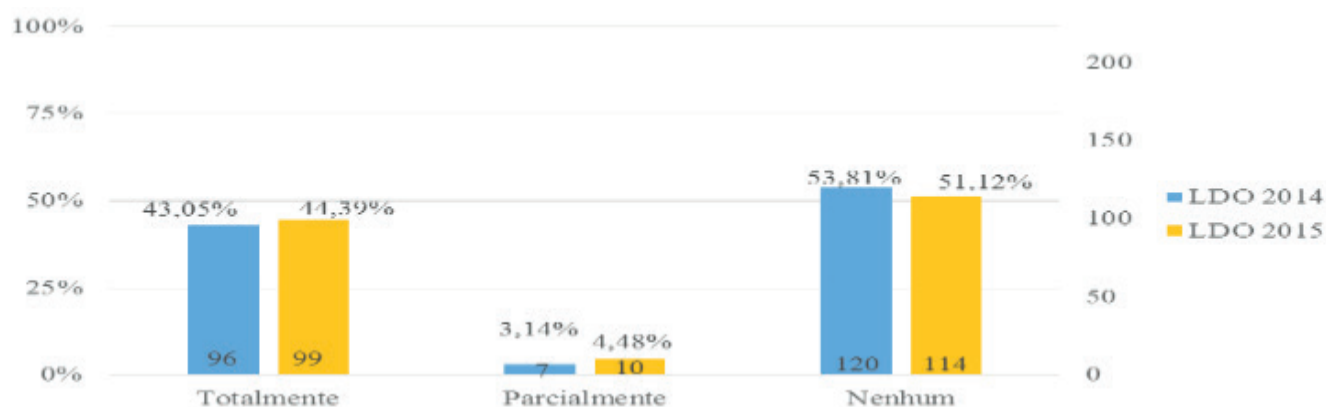


Gráfico 03 - Divulgação da Lei de Diretrizes Orçamentária em 2014 e 2015

Dados da Pesquisa, 2015/2016.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é a lei pela qual se estima as receitas que o governo espera arrecadar durante o ano e fixa os gastos a serem concretizados com tais recursos, para execução dos programas e ações governamentais, sua composição é dada pelo orçamento fiscal, orçamento da seguridade social e o orçamento de investimentos (BRASIL, 2015).

O gráfico 04, apresenta os dados referente a divulgação da Lei de Orçamentária Anual, nos anos de 2014 e 2015. Os dados obtidos com a pesquisa mostram que 85 municípios fizeram a divulgação da LOA 2014 em sua totalidade, 21 fizeram a divulgação da lei parcialmente e 117 municípios não fizeram a divulgação. Quanto a LOA do exercício de 2015, foi possível constatar uma evolução no que concerne a divulgação da LOA em meios eletrônicos, onde 111 divulgaram a lei totalmente, 23 divulgaram parcialmente e 89 não divulgaram a lei. Os dados encontrados mostram que houve uma evolução significativa no equiparado dos anos quanto a divulgação da LOA.

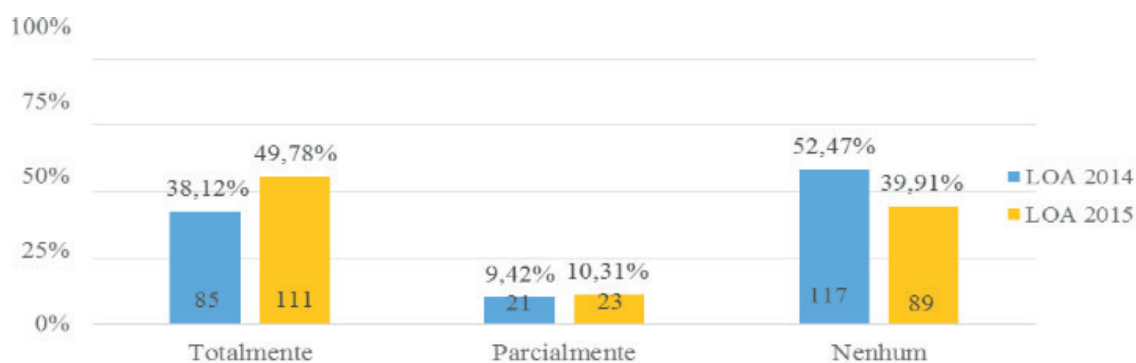


Gráfico 04 - Divulgação da Lei de Orçamentária Anual 2014 e 2015

Dados da Pesquisa, 2015/2016.

Divulgação dos Relatórios e suas Versões Simplificadas

O Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) é um demonstrativo utilizado como instrumento de transparência na administração pública, uma vez que fornece informações a respeito da execução do orçamento, possibilitando o acompanhamento pela sociedade. Segundo o Manual de Demonstrativos Fiscais (2015), o RREO é composto por Balanço Orçamentário, Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção, Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Geral de Previdência Social, Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, Demonstrativo do Resultado Nominal, Demonstrativo do Resultado Primário, Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão, Demonstrativo do Resultado Nominal, Demonstrativo do Resultado Primário, Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão, Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, Demonstrativo das Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde, Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Os dados quanto ao Relatório Resumido de Execução Orçamentária e suas Versões Simplificadas estudadas neste trabalho foram analisados conforme as especificações do Manual de Demonstrativos Contábeis dos anos de 2014 e 2015,

para municípios com população superior e inferior a 50.000 (cinquenta mil) habitantes. Na análise dos dados não foram levados em consideração (computadas) a não divulgação do Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores e o Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, para com os municípios que não tem regime próprio de previdência.

Apresentam-se os dados obtidos por meio da pesquisa quanto ao Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO e suas Versões Simplificadas no gráfico 05. As informações levantadas revelam que do exercício de 2014, apenas 34 municípios divulgaram o RREO em sua totalidade, 98 divulgaram parcialmente e 91 não divulgaram. Quanto ao exercício de 2015, foi possível constatar uma melhora quanto a divulgação do RREO, onde 40 divulgaram o relatório totalmente, 117 divulgaram parcialmente e 66 não fizeram a divulgação. No equiparado dos anos constatou-se que houve uma evolução quanto a divulgação deste relatório, como também que a divulgação do mesmo ainda necessita de atenção. A divulgação deste demonstrativo tem sua importância tanto para a transparência pública como também pelo fato que segundo a LRF o gestor municipal, que deixar de apresentar e publicar o RREO no prazo e com o detalhamento previsto na lei, está sujeito a perda do mandato.

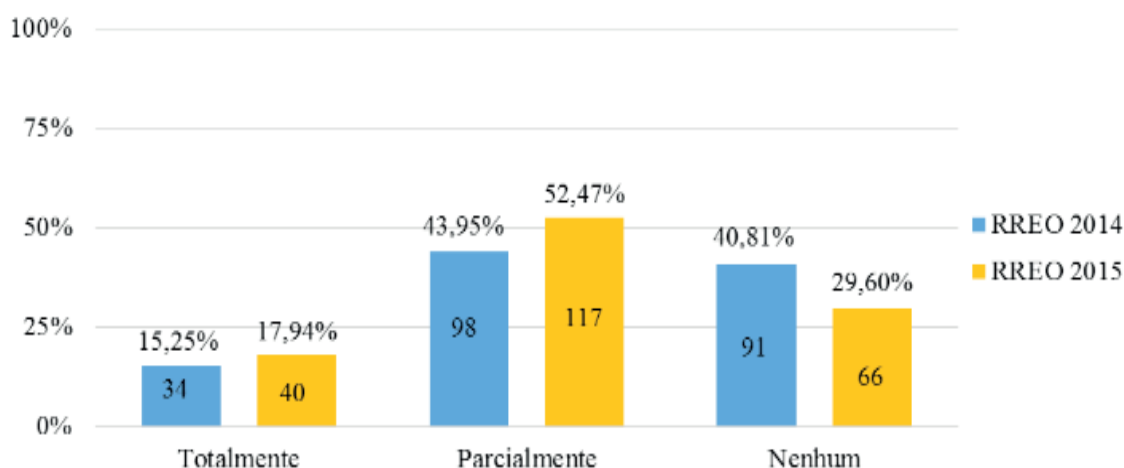


Gráfico 05: Divulgação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária 2014 e 2015
Dados da Pesquisa, 2015/2016.

O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) é um instrumento imprescindível no acompanhamento das atividades financeiras e de gestão do município e está previsto no artigo 54 da LRF. O RGF, conforme dispõe a LC 101/2000, deverá conter demonstrativos com dados relativos à despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias e contra garantias, bem como operações de crédito, e no último quadrimestre, deve ser acrescido do demonstrativos referente ao montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro e das inscrições em Restos a Pagar.

No gráfico 06 estão apresentadas as informações, quanto a divulgação do

Relatório de Gestão Fiscal e suas Versões Simplificadas dos anos de 2014 e 2015. Os resultados obtidos quanto aos exercício de 2014 evidenciam que 90 municípios divulgaram o relatório totalmente, 29 divulgaram parcialmente e 104 não divulgaram nenhuma informação. Do exercício de 2015 foi possível constatar uma redução no número de municípios que não fizeram a divulgação do RGF, onde 70 fizeram a divulgação total dos relatórios, 80 divulgaram parcialmente e 73 não divulgaram nenhuma informação. Conforme dispõe o Manual de Demonstrativos Fiscais (2015), caso não haja a divulgação do relatório, nos prazos e condições estabelecidos em lei, a mesma constituirá infração, punida com multa de trinta por cento dos vencimentos anuais do agente que lhe der causa, sendo o pagamento da multa de sua responsabilidade pessoal.

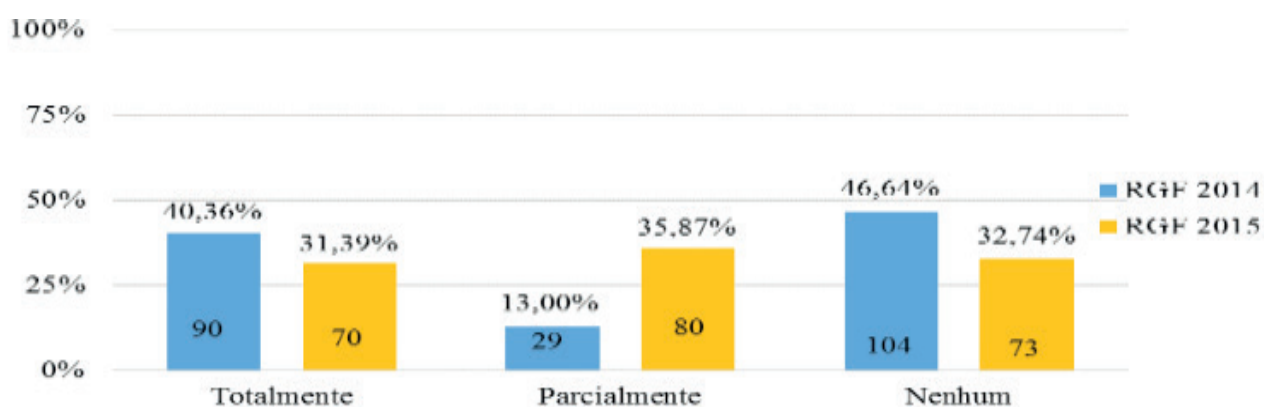


Gráfico 06 - Divulgação do Relatório de Gestão Fiscal 2014 e 2015

Dados da Pesquisa, 2015/2016.

Divulgação das Prestações de Contas e Parecer

Quanto a prestação de contas anual do exercício de 2014 foi possível verificar que 65 municípios fizeram a divulgação dos dados quanto a prestação de contas e 158 que equivale a maior parcela dos municípios não divulgaram os nenhuma informação. Do ano de 2015 constatou-se que houve uma redução quanto a esta divulgação, em números 64 divulgaram e 159 não divulgaram a prestação de contas. As informações coletadas quanto a divulgação da prestação de contas estão expostas no gráfico 07.

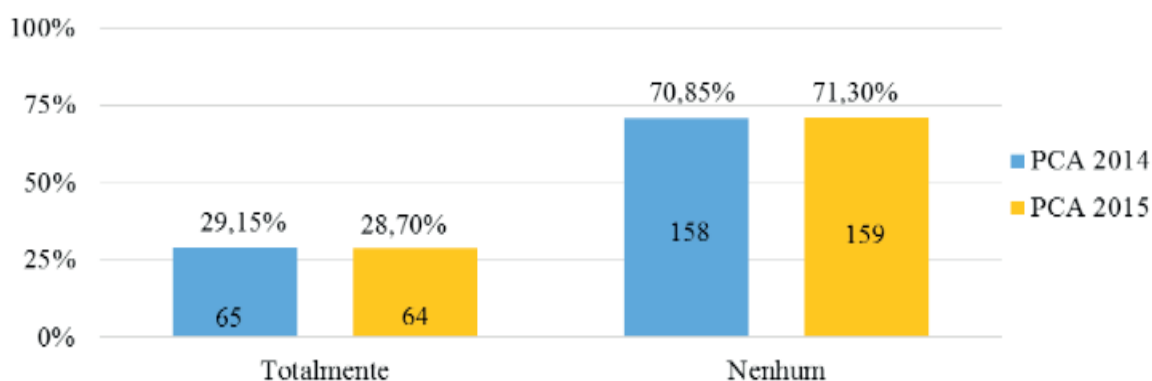


Gráfico 07 - Prestação de Contas 2014 e 2015

O Parecer Prévio trata-se de um documento emitido pelos tribunais de contas, cujo seu conteúdo tratará de pareceres favoráveis ou contrários as contas apresentadas pelos gestores públicos. A constituição federal de 1988, em seu art. 31 prevê que ao se tratar da esfera Municipal a emissão do Parecer prévio em relação aos prefeitos municipais será de responsabilidade dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou pelos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios.

Os resultados da pesquisa quanto a divulgação do parecer prévio das contas dos gestores municipais, revelam que no ano de 2014, apenas 3 municípios divulgaram o resultado do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba no portal eletrônico do município. Diante tal constatação sentiu-se a necessidade de questionar ao TCE – PB órgão responsável portal divulgação, quantos e quais municípios haviam recebido parecer quanto suas contas no ano de 2014, como resposta o ente disponibilizou um caminho no site do mesmo que continha tais informações. Os dados apresentados no site do TCE – PB, evidenciaram que os municípios de Aparecida, Areial, Coxixola, Cuitegi, Guarabira, Itatuba, Mari, Nova Olinda, Parari, Pedro Régis, São Domingos do Cariri, São José dos Ramos, São Sebastião de Lagoa de Roça e Zabelê, foram os 14 municípios que haviam recebido parecer quanto a prestação de contas no ano de 2014. Em contrapartida os 3 municípios os quais a presente pesquisa contactou a divulgação do parecer foram Cuitegi, Mari e Pedro Regis. Diante tal contexto os municípios que não obtiveram parecer do TCE-PB, quanto a prestação de contas do exercício de 2014 foram dados nesta pesquisa como em dia com tal obrigação. Quanto ao exercício de 2015, não constaram divulgação destes documentos nos portais eletrônicos dos municípios estudados, tal fato se deve ao motivo que segundo o TCE-PB, as prestações de contas de 2015 foram entregues no ano de 2016 e as mesmas ainda serão analisadas pelos auditores e depois encaminhadas para os relatores, somente em seguida é que entraram na pauta de julgamento. Com isso, pode-se dizer que os municípios que não obtiveram parecer, estão em dia com tal obrigação, uma vez que não havendo o parecer, não se tem como divulga-lo.

No gráfico 08 apresentado a seguir, evidencia-se os municípios aptos a divulgarem o Parecer das Contas, os que divulgaram e os que não tiveram parecer.

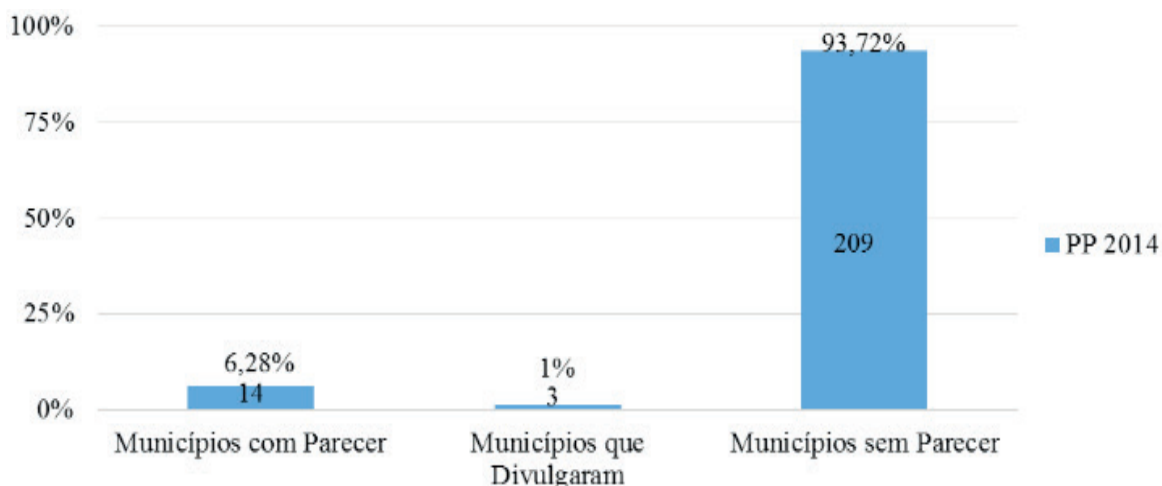


Gráfico 08: Parecer Prévio 2014 e 2015

Dados da Pesquisa, 2015/2016.

Dados Gerais Quanto a Divulgação do Artigo 48 da LRF

No gráfico 09 estão apresentados os índices de divulgação de informações conforme os dados obtidos acerca de cada instrumento que compõe o artigo 48 da LRF dos exercícios de 2014 e 2015. Os resultados obtidos quanto a divulgação dos instrumentos de transparência do art. 48 da LRF, evidenciaram que do exercício de 2014 dos 223 municípios estudados 7 municípios apresentaram as informações quanto aos instrumentos de transparências estudados nesta pesquisa de forma integral, 177 divulgaram de forma parcial e 39 não apresentaram nenhuma informação. Do ano de 2015 verificou-se que nenhum município apresentou as informações de forma integral, 201 divulgaram de forma parcial e 22 não apresentaram nenhuma informação. Assim é possível verificar que houve uma evolução quanto a divulgação dos instrumentos de transparência de 2014 para 2015, haja vista que o quantitativo de municípios que não divulgaram nenhuma informação reduziu, ainda que esta evolução não tenha ocorrido quanto a apresentação das informações de forma integral.

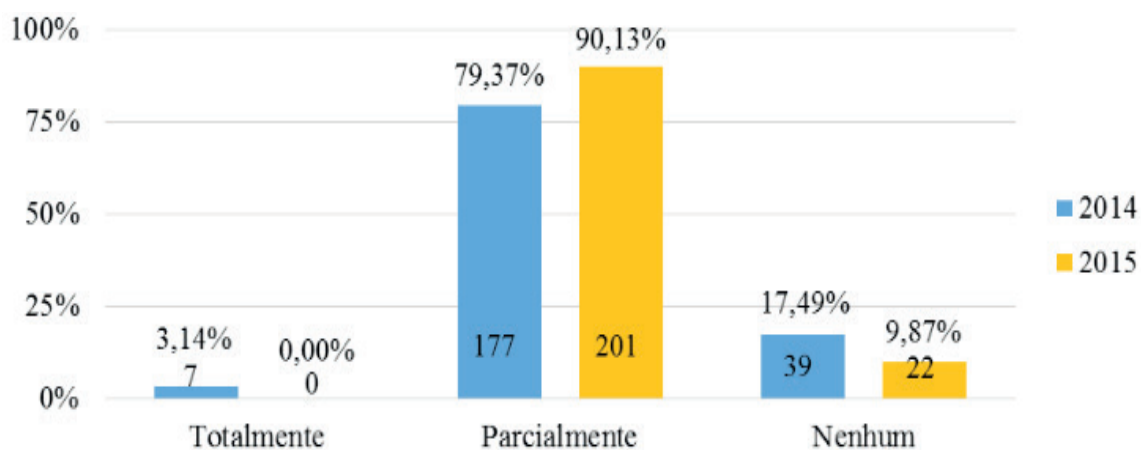


Gráfico: divulgação dos instrumentos de transparência art. 48 da LRF 2014 e 2015

Dados da Pesquisa, 2015/2016.

Na figura 02, apresentada a seguir é possível verificar os municípios que em 2014 apresentaram os instrumentos de transparência previstos no art. 48 da LRF, de forma integral, parcial e que não apresentaram informações. A mesorregião que os municípios mais evidenciaram as informações de transparência de forma integral corresponde ao agreste paraibano, cujas informações foram divulgadas pelos municípios Riachão, Lagoa de Dentro e Umbuzeiro. Na mesorregião mata paraibana os municípios de Mataraca e Rio Tinto, foram os que evidenciaram todos os instrumentos de transparência; na borborema São José do Trigue e no sertão o município de São Francisco. Os municípios que não apresentaram informações do exercício de 2014, estão localizados em ambas as mesorregiões, onde na zona da mata foram 02 Curral de Cima e São José dos Ramos; no agreste tem-se 08 Aroeiras, Cacimba de Dentro, Fagundes, Itabaiana, Mogeiro, Natuba, Puxinanã e Riachão do Bacamarte; na mesorregião da borborema os municípios de Assunção, Barra de São Miguel, Cabaceiras, Gurjão, Livramento, Parará, Salgadinho, São domingos do Cariri, São José dos Cordeiros, São Sebastião do Umbuzeiro, Serra Branca, Várzea e Zabelê correspondem aos 14 municípios que não divulgaram informações; no Sertão Paraibano os municípios de Agua Branca, Cacimba de Areia, Cajazeirinhas, Catingueira, Conceição, Curral Velho, Desterro, Ibiara, Igaracy, Jericó, Lagoa, Mato Grosso, Bom Sucesso, Quixabá e São Bentinho, correspondem aos 15 municípios do sertão paraibano que não divulgaram Informações. Os demais municípios estudados apresentaram as informações de forma parcial.

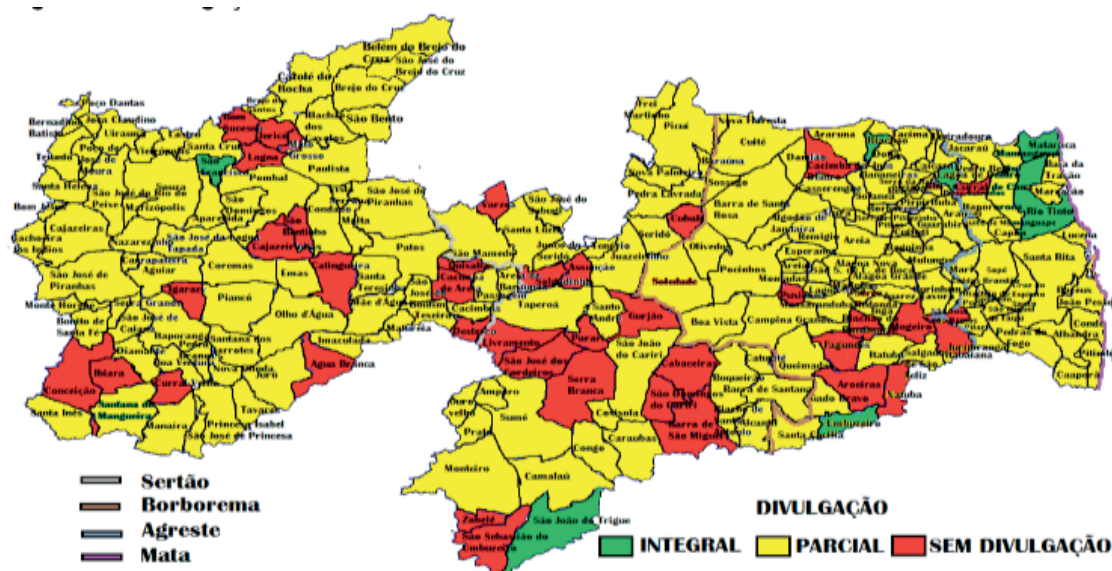


Figura 02 - divulgação do art. 48 da LRF 2014

Dados da Pesquisa, 2015/2016.

A figura 03, apresenta os municípios que no ano de 2015 apresentaram as informações sobre o art. 48 da LRF, de forma integral, parcial e que não apresentaram informações. No que concerne a não divulgação de informações, constatou-se que na mesorregião da zona da mata houve uma elevação de 2 municípios em 2014 para

03 em 2015, assim sendo Caaporá, São José dos Ramos e São Miguel de Taipu; no agreste os municípios de Aroeiras, Fagundes, Mogeiro, Puxinanã, Riachão do Bacamarte e Pocinhos foram os 06 municípios que não divulgaram informações; na Borborema os municípios de Cubatí, Nova Palmeira, Gurjão, Pararí, Santo Antônio, Salgadinho, São Sebastião do Umbuzeiro, Serra Branca e Zabelê, foram os 09 municípios que não divulgaram informações; no sertão os municípios de Bom Sucesso, Jericó, Lagoa e Mato Grosso, correspondem aos 04 municípios que não divulgaram nenhuma informação acerca do art. 48 da LRF. Os demais municípios divulgaram as informações parcialmente.

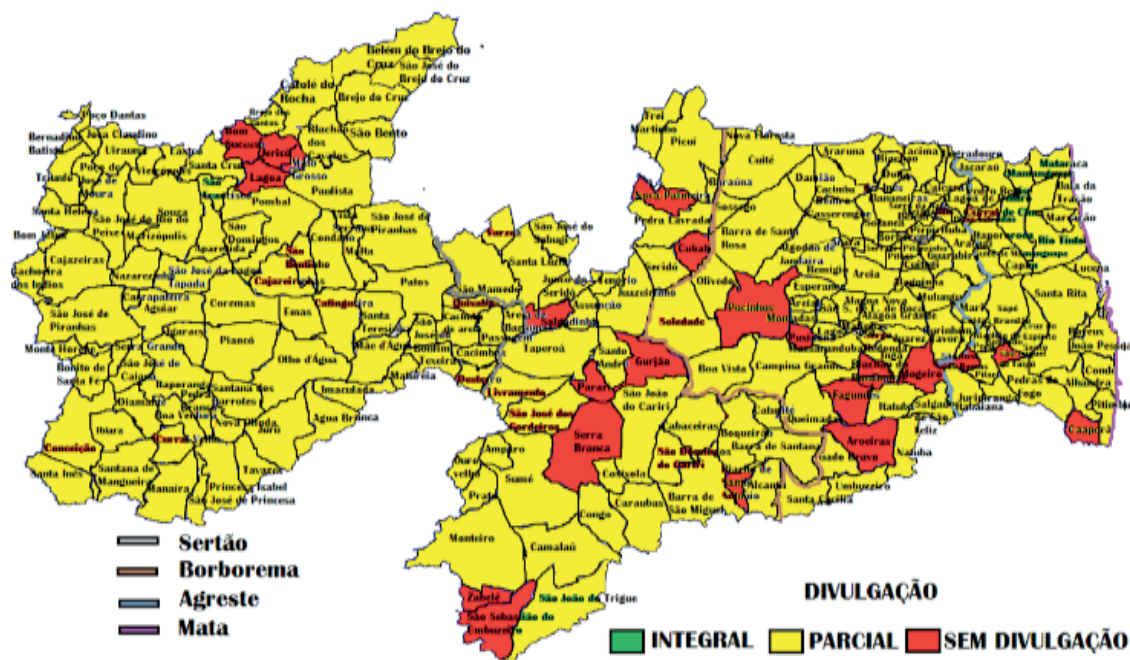


Figura 03 - divulgação do art. 48 da LRF 2015

Dados da Pesquisa, 2015/2016.

A divulgação dos instrumentos de transparência previstos no art. 48 da LRF por si só não necessariamente revelam que o município está cumprindo com as obrigações previstas na legislação, uma vez que estes devem divulgar as informações em sua totalidade. Os planos e leis devem ser divulgados contendo o texto lei bem como seus respectivos anexos, os quais provavelmente proporcionarão um melhor entendimento a sociedade de seus conteúdos. O município que divulga o Plano Plurianual, e que por conseguinte não divulga as leis orçamentárias, tais como a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, impossibilita que o cidadão possa acompanhar quais programas previstos no PPA, poderão ser executados no exercício conforme as diretrizes da LDO do exercício, como também não terá informações quantos as estimativas de receitas do município e o conhecimento sobre as despesas autorizadas no exercício. Na visão de Junior (2015), o PPA e a LDO são leis predominantemente compostas de matérias de planejamento, enquanto que a LOA trata de execução do orçamento.

4 | CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo consistiu em verificar os níveis de transparência dos municípios que formam o estado da Paraíba por meio das informações que são disponibilizadas nos portais eletrônicos dos municípios. A população de estudo correspondeu aos 223 municípios que formam o estado, cujo mesmo é composto por 4 mesorregiões. Na visão de Platt Neto et al (2007) a evidenciação das contas públicas em meios eletrônicos é mais do que uma exigência legal, a publicação de informações por meio da internet pode ser uma alternativa de política de gestão a ser utilizada.

Os resultados do estudo, evidenciaram que do exercício de 2014 o número de municípios que evidenciaram todos os instrumentos de transparência correspondem ao quantitativo de 7 e os que não evidenciaram nenhuma informação correspondem a 39 em contrapartida os demais disponibilizaram de forma parcial. A mesorregião que mais se destacou no exercício de 2014 enquanto municípios que divulgaram todos os instrumentos estudados foi a do agreste paraibano, havendo em ambas mesorregiões estudadas municípios que não informaram nenhum instrumento de transparência e que divulgaram de forma parcial. Do ano de 2015, foi constatado que nenhum município paraibano divulgou todos os instrumentos de transparência em sua plenitude, que houve uma redução no número de municípios que não divulgaram nenhum instrumento de transparência e que em todas as mesorregiões houveram municípios que divulgaram não divulgaram informações e ou que divulgaram de forma parcial.

Com o estudo foi possível constatar que passados cerca de 16 anos desde a implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal, muitos municípios ainda não prestam com plenitude as informações acerca do art. 48 da referida lei, e outros não prestam nenhuma informação. Os baixos percentuais de divulgação dos dispositivos de transparências previstos no art. 48 da LRF encontrados por meio desta pesquisa nos municípios da Paraíba, se assemelham com os resultados encontrados por Macêdo (2015) em semelhante estudo realizado com os municípios da Paraíba e de Pernambuco em que chegou-se ao entendimento que os índices de transparência pública nos municípios precisam melhorar, uma vez que não fornecem informações suficientes para a participação efetiva da população.

A divulgação das informações estudadas neste trabalho devem ser amplas conforme especifica a Lei de Responsabilidade Fiscal, e não sujeita a requisições para que se possa ter acesso. É dando ampla divulgação que a sociedade poderá exercer o papel de fiscalizador das contas públicas sem que haja tantas dificuldades para esta. Assim se faz necessário, maiores esforços por parte dos governantes dos municípios paraibanos, para que a lei de fato passe a ser cumprida, uma vez que se tratam de informações relevantes para o efetivo controle social.

Os municípios que não apresentaram nenhuma informações até a data desta pesquisa não estão cumprindo as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como os prazos de divulgação dos instrumentos de transparência previstos

na lei, assim como sugestão para futuras pesquisas, sugere-se a ampliação deste estudo, expondo a tempestividade das informações prestadas pelos entes, enquanto as exigências da Lei Complementar nº 101/2000.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.527, 18 de novembro de 2011.** Lei de Acesso a Informação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 10 maio 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil – 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 09 maio 2016.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 09 maio 2016.

BRASIL. **Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp131.htm> Acesso em: 10 maio 2016.

COSTA, A.C. **A transparência na gestão pública: um estudo nos municípios paraibanos.** 2013. 17f. trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2013.

CRUZ, C. F. et al. **Um estudo empírico sobre a transparência da gestão pública dos grandes municípios brasileiros.** In. EnAPG 2010. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnAPG/enapg_2010/2010_ENAPG380.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2016.

CRUZ, F. et al. **Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada: Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GIAMBIAGI, F; ALÉM, A. C. D. **Finanças Públicas: Teoria e Prática o Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 2000.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: 4. ed., Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. Censo IBGE 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

JUNIOR, F. D. V. S. **A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) como instrumento de suma importância na contabilidade aplicada ao setor público: uma análise junto a contabilistas públicos brasileiros.** 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/135938/101_00085.pdf?sequeseq=1&isAllowed=y>. Acessado em: 12 abr. 2016.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Manual de Demonstrativos Fiscais.** 5ª ed. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/MDF5/MDF_5edicao.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Manual de Demonstrativos Fiscais.** 6ª ed. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/471139/CPU_MDF_6%C2%AA_edicao_versao_19maio2016.pdf/963a392e-7623-44c7-9112-dc8557caadf8>. Acesso em: 12 maio 2016.

NASCIMENTO, C. **Elaboração das diretrizes orçamentárias e do orçamento.** Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

NUNES, G. S. F. et al. Análise dos Instrumentos de Transparência contidos na Lei de Responsabilidade Fiscal nos Municípios da Região Sul. **Revista Ambiente Contábil.** Natal. v.5, n.2,

p. 128-150, jul./dez. 2013.L. Disponível em: <<http://periodicos.ufrn/ambiente/article/view/4153/3390>>. Acesso em: 09 maio 2016.

PALUDO, A V. **Série Provas & Concursos** - Orçamentos Públicos, AFO e LRF. 5ª edição. Método, 03/2015. VitalSource Bookshelf Online. (cap 17).

RESENDE, L. S. et al. **Transparência na Gestão Pública**: um Estudo sobre a Publicação do RREO e RGF dos Municípios da Microrregião São João Del Rei à Luz da LRF. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/19920257.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

SILVA, L. M. **Contabilidade governamental**: um enfoque administrativo (7a ed.). São Paulo: Atlas, 2004.

SILVA, Mauricio; Kelma, Neyara. Brasília. TCU, ISC, 2009. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/introducao-a-lei-de-responsabilidade-fiscal.html>>. Acesso em: 16 abr. 2016.

SILVA, S. P.; WAKIM, V. R.; MAGALHÃES, E. A. **A Transparência da Gestão Pública dos Municípios do Vale do Mucuri-MG**: uma Síntese do Déficit de Accountability. In: Convenção de Contabilidade de Minas Gerais, 8, 2011, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Prêmio Internacional de Produção Contábil Técnico-Científica Dr. Antônio Lopes de Sá, 2011.

SOUZA, A. C. et al. A relevância da Transparência na gestão pública municipal. **Revista Campus**. Paripiranga, v. 2, n. 5. P 60-20, dez 2009. Disponível em: <<http://>>. Acesso em: 15 abr. 2016

PLATT NETO, O. A.; CRUZ, F.; ENSSLIN, S. R. & ENSSLIN, L. R. (2007). Publicidade e Transparência das Contas Públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. Belo Horizonte: Contabilidade Vista & Revista, v.18, n.1.

SOBRE O ORGANIZADOR

Clayton Robson Moreira da Silva: Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Doutorando em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui MBA em Gestão em Finanças, Controladoria e Auditoria pelo Centro Universitário INTA (UNINTA). Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

ÍNDICE REMISSIVO

A

Accountability 6, 206, 207, 208, 210, 221, 222, 385, 387, 396
Acionista 7, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 320, 321
Administração Pública 6, 83, 188, 196, 207, 208, 211, 213, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 233, 234, 238, 240, 241, 253, 259, 260, 267, 306, 351, 385, 386, 387, 388, 390, 391, 392, 393, 395, 396
Agentes Locais de Inovação 5, 1, 3, 8, 9, 17
Alienação de Controle 308

B

Bambu 7, 10, 261, 262, 263, 265, 267, 269, 270, 271
BPM 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45

C

Capital Social 6, 145, 146, 147, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 166, 168, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 183, 188
Carta de Serviços 6, 10, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234
Carteira de Investimentos 324
Case Study 7, 46, 185, 223, 273, 285, 336, 337, 338, 339, 345, 346, 364
Círculo das Matrizes Epistêmicas 6, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 130
Comportamento 68, 83, 383
Consumidor 7, 291, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 300, 303, 305, 306, 307, 357
Contabilidade 110, 166, 206, 209, 214, 222, 284, 306, 323, 386, 389, 391, 396, 397
Cooperação Acadêmica 6, 168, 170, 171, 182, 183
Cooperatives 336, 341
Custos 156, 284, 290, 292

E

e-commerce 46, 143, 293, 294, 295, 296, 297, 300, 301, 303, 305, 306
Educação Superior 109, 168, 169, 186
Empoderamento Feminino 84, 86, 87, 92, 94, 111
Empreendedorismo 17, 18, 31, 32, 110, 112, 131, 146, 152, 156
Equidade 6, 96, 102, 109
Estudos Críticos em Administração 49

F

Fundos Imobiliários 324

G

Gestão do Conhecimento 5, 49

Gestão Financeira 273, 286, 287

Gestão Municipal 190

Global Entrepreneurship Monitor (GEM) 5, 18, 19

Globalismo 126, 236, 238, 246, 247

Governança 6, 55, 221, 222, 236, 238, 241, 242, 247, 282, 308, 309, 311, 312, 313, 314, 316, 317, 322, 323, 396

Governança Corporativa 308, 311, 312, 313, 314, 316, 317, 322, 323

I

Incubadora de Empresas 132

Índice de Sharpe 324, 335

Inovação 2, 5, 6, 1, 3, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 131, 132, 144, 359, 425, 426, 427, 428, 429

Internacionalização 6, 145, 147, 148, 151, 154, 159, 160, 161, 162, 165, 166, 168, 170, 171, 181, 183, 186, 354, 356, 358

L

Lei de Acesso à Informação 6, 191, 207, 208, 213, 218, 219, 228

Lei de Responsabilidade Fiscal 6, 190, 191, 192, 193, 204, 205, 207, 208, 211, 222

Liderança 5, 8, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 66, 67, 102, 110, 111, 353, 365, 382, 383

Liderança Situacional 5, 8, 58, 59, 60, 64, 66, 67, 383

M

Maximização 324

Mercado de Trabalho 6, 99, 108, 109, 112, 369, 371, 383

Mercado Financeiro 308, 322, 323

Micro e Pequenas Empresas 5, 1, 3, 16, 17, 22, 24

Modelagem de Processos 34

Modelo de Internacionalização 6, 145, 151, 165

Mulher 94, 96, 99, 109, 111, 370, 373, 374, 383

N

Neosoberania 236

O

Organic food production 336

Organizational Learning 7, 336, 345, 346, 347

P

Participação 60, 110, 112, 137, 215, 236

Pequena Empresa 17, 49

Pequenas e Médias Empresas 5, 36

Percepção 5, 69, 77, 78, 79, 80, 81, 112

Perfil do Empreendedor Brasileiro 5, 18, 19, 30
Plano de Cargos e Carreira 5, 70, 74, 75, 78, 81
Políticas de Gestão de Pessoas 5, 49
Políticas Públicas 7, 10, 95, 109, 224, 233, 236, 238, 243, 245, 246, 247, 248, 249,
254, 260, 261, 262, 270, 271, 348, 412
Previdência Social 7, 197, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259,
260
Promoção 7, 284, 285, 290
Propriedade Intelectual 131

R

Radar da Inovação 1, 10, 14
Reciclagem 273
Rede de Inovação 131, 132
Retorno 7, 284, 285, 290, 328, 334

S

Satisfação 73, 80, 83, 301, 357, 360, 361
Social Business 7, 338
Sociologia das Ausências 6, 113, 114, 124, 128
Sociologia das Emergências 113, 114, 124, 128
Sustentabilidade 7, 261, 273, 274, 282, 313, 314

T

Tag Along 308, 309, 314, 323
Teoria Crítica Pós-Moderna de Oposição 6, 113, 114, 115, 119, 124, 128
Teoria Uppsala 6, 145, 147, 163, 164
Títulos públicos 324, 326
Transnacionalização 236
Transparência 6, 190, 191, 194, 205, 206, 207, 211, 212, 215, 216, 217, 218, 220, 221,
223, 228, 233, 388, 390

V

Violência Simbólica 5, 9, 84

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-520-4

